



XVII ENANPUR

SÃO PAULO • 2017



URBGRAPHIAS ou Cartografias da produção de um fazer cidade

**URBGRAPHIAS, Cartographies of the production
of a making city**

*Elaine Nascimento, mestranda do PósArq UFSC, pesquisadora
do grupo QUIASMA, elanascimentoarq@gmail.com*

*Rodrigo Gonçalves dos Santos, Prof. Dr. PósArq UFSC,
coordenador Grupo Quiasma, rodrigo.goncalves@ufsc.br*

RESUMO

O artigo trata da relação entre os atos cotidianos de “fazer cidade”, entendidos aqui como toda a vivência praticada no espaço urbano, da relação estabelecida entre corpo e espaço e de todas as ações que constroem de forma efêmera uma relação crítica com o espaço circundante. Estariam localizadas dentro dessas ações, intervenções que trabalham subjetivamente o sujeito ou tentativas de *singularização*. Dentro desse conceito, tratamos a arte como uma possibilidade de agenciamento, forma materializada do fazer cidade dentro das intenções aqui propostas.

Palavras Chave: cidade, cartografia, corpo, práticas cênicas, cenografia.

ABSTRACT

The article deals with the relation between the daily acts of "making city", understood here as all the experience practiced in urban space, of the relation established between body and space and of all actions that ephemerally construct a critical relation with the surrounding space. They would be located within these actions, interventions that subjectively work the subject or attempts at singularization. Within this concept, we treat art as a possibility of agency, materialized form of making city within the intentions proposed here.

Keywords/Palabras Clave: city, cartography, body, scenic practices, scenography.

INTRODUÇÃO: PERGUNT(AÇÃO)

O que é fazer cidade? Como as práticas cênicas contemporâneas realizadas em espaços urbanos podem revelar a leitura de uma camada específica do espaço da cidade? Que escrituras, desenhos, e grafias no espaço urbano são essas, reveladas em um processo de devir cidade?

Desses questionamentos iniciais observam-se os seguintes pontos:

O ato de *fazer cidade* aqui proposto, pressupõe ação em processo, *micropolíticas processuais* que balizam os processos dinâmicos de ocupação do espaço público cotidiano, visto que o espaço da cidade pertence a uma coletividade, se caracteriza como espaço de trocas e interações sociais. Por isso, a pergunta recaiu sobre o termo ‘fazer’ não ‘construir’.

A arte se torna veículo dessa ação, é a materialização do devir em transe, é a ação do *desejo*.

A partir dessas observações iniciais, o artigo é desenvolvido no formato de fragmentos que se interceptam, se complementam, e podem ser lidos ou aprendidos de forma independente, por tratarem de assuntos que são agenciados a partir do conceito inicial e que fazem parte da compreensão de tais ideias de maneira horizontal; ou seja, acontecem ao mesmo tempo e resguarda um mesmo nível de importância por pertencerem a um todo uno.

O primeiro fragmento trata da relação entre os conceitos de esfera pública, espaço público e vida pública, como camadas pertencentes a um mesmo espaço: o espaço urbano. Sugere-se que tais conceitos se constituem como lentes disciplinares de um mesmo fenômeno, buscando compreender de que forma a apreensão de uma visão mais ampla pode trazer um entendimento sobre o espaço urbano. No segundo fragmento temos como pauta arte urbana, e sua função enquanto agenciamento entre sujeito e cidade. No terceiro, uma reflexão sobre o fazer cidade e as camadas compostas e decompostas desse processo: os agenciamentos possíveis e suas faces de interlocução.

Para Ler:

Sublinhado – ideias em gestação, frutos de questionamentos a partir de outras ideias e conceitos já definidos e edificados.

Itálico – conceitos, pertencentes a outros autores. Alguns são especificados em notas de rodapé, outros serão ao longo do trabalho.

Negrito – Ações práticas, materialização.

FRAGMENTO I

Tenho para mim que a condição pública de uma obra de arte não reside em sua existência em uma localização que se predetermina como pública, mas em vez no fato de que executa uma operação: a operação de produzir espaço público ao transformar qualquer espaço que a obra ocupe no que se determina uma esfera pública. (DEUTSCHE, 2007, p.2)

Primeiramente (#foratemer) se faz necessário mergulhar no conceito de esfera pública e sua inscrição para o trabalho em processo, ou *work in progress*¹. Isso induz a observar o comportamento de termos como vida pública e espaço público, visto que parecem estar interligados de forma *rizomática*, ou mais além, assumindo o papel um dos outros em determinados momentos. Acredito que tratam da narração de um mesmo espaço, em diferentes dimensões.

A Esfera Pública

Ressalto a condição fundamental do ser humano citada por Hanna Arendt (2007) a partir de Aristóteles: o ser humano enquanto animal político. A partir daí traça-se duas paralelas, duas naturezas desse ser: o privado e o público (*bios politikos*²). A autora define o espaço público como espaço da ação, estando sua definição intimamente ligada à vida pública na pólis grega. Havia uma esfera privada definida pela propriedade e bens do cidadão da pólis, e um espaço de ação (práxis) e do discurso (conversação), sendo esse último um espaço destinado à decisão sobre assuntos em comum, nomeado esfera pública. Aos poucos as duas noções foram se distanciando, estando o discurso e persuasão mais diretamente atrelados a essa esfera pública. Era o contrário do que acontecia em uma esfera privada, na qual a violência e autoridade serviriam como base para as tomadas de decisão e organização.

A autora ainda define dois pontos importantes do que é inerente a essa esfera pública: primeiro a noção de realidade, e em seguida o significado de mundo. Na primeira, está o conceito de que tudo que é visto e ouvido em coletivo se constitui realidade. Pertenceria então a essa esfera pública tudo que é exposto e compartilhando, o que pode ser caracterizado a luz da aparência, ficando as *coisas irrelevantes* designadas a uma esfera privada, coisas que só podem ser em uma esfera privada. Porém, são tais coisas da ordem do irrelevante, não porque o são, mas porque não encontram materialização na aparência, fundamentais para o sentimento, poderíamos dizer que elucidam os movimentos de *singularização*³. Em segundo, o que concerne ao comum, ao interesse mútuo, o que é compartilhado “pois, como todo intermediário, o mundo ao mesmo tempo separa e estabelece uma relação entre os homens” (ARENDR, 2007, p. 62). Existiria, portanto nessa esfera pública um vínculo primordial entre os homens, que seria o próprio mundo. Porém, nas sociedades contemporâneas esse vínculo inicial vem sendo substituído pela cultura de massa e consumo. E dentro dessa segunda premissa é importante destacar uma citação da autora sobre o espaço público:

Só a existência de uma esfera pública e a subsequente transformação do mundo em comunidade de coisas que reúne os homens e estabelece uma

¹ Para o pesquisador Renato Cohen, uma obra em *work in progress* se refere à criação em processo, pautada por linhas geradoras (*leitmotiv*). Caracteriza ainda a criação de obras contemporâneas onde processo e produto caminham em conjunto. É abordado dentro dessas obras conceitos tais como irracionalidade, incorporação do acaso e sincronicidade, por exemplo. (COHEN, 1997).

² Segundo o pensamento grego, a capacidade humana de organização política não apenas difere, mas é diretamente oposta a essa associação natural cujo o centro é constituído pela casa (*oikia*) e pela família. O surgimento da cidade-estado significava que o homem recebia, além de sua vida privada, uma espécie de segunda vida, o seu *bios politikos*. Agora cada cidadão pertence a duas ordens de existência; e há grande diferença em sua vida entre aquilo que lhe é próprio (*idion*) e o que é comum (*koinon*). (ARENDR, 2007, p.33)

³ O termo “singularização” é usado por Guatarri para designar os processos disruptores no campo da produção do desejo: trata-se dos movimentos de protesto do inconsciente contra a subjetividade capitalística, através da afirmação de outras maneiras de ser, outras sensibilidades, outra percepção, etc. (GAUTARRI; ROLNIK, 1996, p.45).

relação entre eles depende inteiramente da permanência. Se o mundo deve conter um espaço público, não pode ser construído apenas para uma geração e planejado somente para os que estão vivos: deve transcender a duração da vida de homens mortais. (ARENDETT, 2007, p. 64)

É no espaço público que a esfera pública toma forma, sendo necessário o entendimento do sentido de coletividade e mundo, de partilha e principalmente de legitimação, seja de um ideal político, seja de uma forma de viver, de uma existência.

A Vida Pública

Segundo Jan Gehl, a vida pública ou a *vida entre os edifícios* se caracteriza como as atividades exercidas pelos indivíduos no espaço público, sendo elas programadas ou não, ou *urbanidade*. É a vida desenvolvida no espaço destinado ao compartilhamento da cidade, no espaço comum ou, em outras palavras, relaciono aqui as atividades desenvolvidas a partir de uma noção de esfera pública, da existência dessa natureza coletiva e pública. Seguindo o desenvolvimento dos conceitos, tomo a liberdade de relacionar essa vida pública à ação, aos *processos micropolíticos*⁴ visto que ao contrário de uma coletividade como me pressupõe a esfera pública, a vida pública me permite uma redução de escala, chegando ao indivíduo e sua ação dentro do espaço público. Seria o encantamento das *coisas irrelevantes*, mas que são necessárias, o corpo-a-corpo do sujeito dentro do espaço urbano. O conjunto dessas individuais interações, sensações e experiências constituem o que aqui é abordado como vida pública. Segundo a pesquisadora Gabriela Tenório (2012);

Querer fazer parte da vida pública, em qualquer nível de interação com os demais, corresponde à nossa própria natureza, já que isso nos é fonte de estímulo. Comparativamente a vivenciar edifícios e elementos estáticos, vivenciar pessoas, que se movimentam, falam, criam, divulgam e implementam ideias, é uma experiência muito mais rica e atraente. Tanto mais rica e atraente quanto mais variada for, e não repetitiva e previsível, como costuma acontecer nos locais de lazer intramuros. (TENÓRIO, 2012, p.22)

A autora estabelece a vida pública como uma necessidade humana: necessidade de interação social, de viver o meio social presente a sua volta, de saber quem é e o quê acontece com determinados grupos de pessoas, normalmente os grupos mais próximos, de legitimar opiniões políticas ou não frente a uma coletividade organizada em sociedade. Considero então o espaço público, espaço que acolhe e materializa a esfera pública como o espaço de desenvolvimento da vida pública. Ao mesmo tempo em que podemos compreender a vida pública como ações realizadas dentro do espaço público, lanço mais um olhar sobre esse conceito: o olhar de que a vida pública se caracteriza também como as negociações de território, políticas ou não, como embates de contradições e opiniões inversas, lugar de vivência entre o que é definido socialmente como legítimo e o ilegítimo, o moral e o marginal.

⁴ A problemática micropolítica não se situa no nível da representação, mas no nível da produção de subjetividade. Ela se refere aos modos de expressão que passam não só pela linguagem, mas também por níveis semióticos heterogêneos. Então, não se trata de elaborar uma espécie de referente geral interestrutural, uma estrutura geral de significantes do inconsciente à qual se reduziriam todos os níveis estruturais específicos. Trata-se, sim, de fazer exatamente a operação inversa, que, apesar dos sistemas de equivalência e de tradutabilidade estruturais, vai incidir nos pontos de singularidade, em processos de singularização que são as próprias raízes produtoras da subjetividade em sua pluralidade. (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p.28)

O Espaço Público

Muito além de definição enquanto um espaço físico delimitado, o espaço público pode ser visto como um espaço que abriga um conjunto de manifestações socioculturais e de *formas de sociabilidade* (ABRAHÃO, 2007, p.30) entre indivíduos. Aqui, seguindo um entrelaçamento das ideias, proponho entender como o espaço da materialidade de uma esfera pública, onde a vida pública se transforma em ação e onde os *processos micropolíticos* ressoam e constrói sua materialidade, inerente a formação do *desejo no campo social*.

Segundo a pesquisadora Rosalyn Deutsche, “El espacio público, siguiendo la argumentación de Lefort, es el espacio social donde, dada la ausencia de fundamentos, el significado y la unidad de lo social son negociados: al mismo tiempo que se constituyen se ponen em riesgo.” (DEUTSCHE, s/d, p.8). Ao mesmo tempo em que esse espaço se caracteriza como o espaço de interação, é um espaço de negociação, conflitos e tensões, na medida em que lida com tais singularidades.

FRAGMENTO II

Para o espaço e para a arte, ser público significará abraçar o conflito, a heterogeneidade e a incerteza que estão no âmago da vida social, da esfera pública (SANTOS, 2015, p. 4).

“A arte urbana é uma prática social” (PALLAMIN, p.23, 2000) A partir dessa afirmação da pesquisadora Vera Pallamin, inicio um primeiro entendimento sobre a arte desenvolvida no espaço urbano necessário para a construção do trabalho. A compreensão aqui é da arte como elemento de territorialização social, como forma de apropriação física e sentimental do espaço urbano, como forma de criação espacial. Trata-se de movimentos subjetivos traçados por sujeitos que desenvolvem seus processos de criação e inscrição em terrenos segmentados e segregados, que abraçam o conflito de um espaço múltiplo e heterogêneo por natureza.

São criações *micropolíticas* de espaços de *subjetivação*, que através da identificação ou embate físico de um passante, desperta outros movimentos singulares que partem da identificação, crítica, ou da simples busca de sentido. Espaços já sacralizados e definidos por seu uso ganham outro significado através da ressignificação inscrita por uma ação artística. A produção da cidade por práticas artísticas aqui se dá como “Fenômeno macro e micropolítico na medida em que acontece como um trabalho de elaboração da experiência de embate pela construção do espaço público” (MUSSI, 2012, p.22-23).

A prática artística se dá como uma tentativa de fazer emergir, como ao menos a “imagem de um devir”, outros projetos de sociedade, sendo a cidade o domínio no qual as múltiplas escalas em jogo na disputa por esse projeto se evidenciam, se encontram, se sobrepõem, se atualizam, se confrontam. (MUSSI, 2012, p.24-25)

Seria a produção de *agenciamentos de enunciação*, que refletem criações de subjetividades inscritas no espaço urbano, ou que corporificam a heterogeneidade latente de um espaço de todos e todas, que pertence a todos e todas. Isso se solidifica dentro do entendimento de que “a subjetividade não é passível de totalização ou de centralização no indivíduo (...). A subjetividade é essencialmente fabricada e modelada no registro do social.” (GUATARRI; ROLNIK, 1996, p.31) e de

que tais processos trazem a produção de uma *micropolítica processual*, que constrói novas formas de subjetivação do sujeito, ou movimentos de singularização.

Territorialização/Desterritorialização: relacionados à identificação e criação de relação, os territórios são construídos através das relações entre sujeitos, do desenvolvimento de laços através dos *afectos*, “da invisível criação de afetos a visível e consciente composição de territórios” (ROLNIK, 2014, p.50). Quando esses laços são quebrados, os *afectos* não concluem o seu ciclo espiral de matéria invisível, esses territórios são abandonados, cabendo ao sujeito à criação de outros territórios, outros laços a partir dos novos agentes de afetação. Segundo a pesquisadora Suely Rolnik (2014), movimentos de territorialização correspondem a “intensidades se definindo através de certas matérias de expressão” ou “nascimento de mundos”, enquanto os movimentos de desterritorialização são “territórios perdendo a força de encantamento; mundos que se acabam, partículas de afetos expatriadas, sem forma e sem rumo” (ROLNIK, 2014, p. 36-37).

Apropriação física e sentimental: Quando os territórios se estabelecem o espaço passa a ser chamado de lugar: teatral, de intervenção, de vivência. Porém são territórios movediços, que estão prestes a desmoronar, sobrando o lugar da cidade em si marcado pelo que ocorreu, ou seja, dotado de uma memória. Com base na *memória* como pressuposto de ação, outros territórios serão criados, ressignificando os lugares urbanos que antes guardavam traços de relações particulares (o primeiro beijo, a briga, o acidente) ou coletivas (a manifestação, a festa da cidade, eventos que envolvam a coletividade). Os lugares são apropriados, de forma física, através da ação material, e de forma sentimental, através de sua memória.

Criação espacial: Dentro desse processo de territorialização/desterritorialização, através da apropriação física e sentimental do lugar, espaços são criados em uma camada de construção subjetiva.

Segundo Pallamin (2000), a definição de arte urbana corrente vem da consideração de Lefebvre sobre produção do espaço urbano, através da divisão de dimensões e níveis desse espaço: “práticas espaciais”, ou a relação de produção social no espaço; “representações do espaço”, no que diz respeito à representação técnica elaborada por arquitetos, urbanistas, planejadores urbanos, que permitem tratar e compreender práticas espaciais; e “espaços de representação” que aglutinam o espaço ligado às artes, utopia, filosofia, a criação de novas possibilidades de produção e vivência desse espaço, sendo exatamente nessa última dimensão caracterizada a arte urbana, “como uma prática social relacionada a modos de apropriação do espaço urbano.” (PALLAMIN, 2000, p.46). A partir disso, como afirma a autora, podemos tomar a arte urbana, ou a intervenção artística no meio urbano, como uma forma de produção de espaço, como forma de legitimação ou não desses espaços, de resistência e reflexão crítica sobre ele, de direito a própria cidade. Partindo dos níveis propostos por Lefebvre imagino que existem formas de se fazer cidade sendo as intervenções temporárias, artísticas ou não, uma dessas formas.

Falando-se especificamente de práticas cênicas contemporâneas que utilizam o espaço da cidade como espaço cênico e cenografia, a ação desse momento de fricção entre a ficção dos atores e a realidade do espaço, pode revelar uma imagem momentânea do espaço que evoca sua memória e sua dinâmica diária, podem ser pontos de cisão e projeção dessas micropolíticas que constituem o espaço, pois criam territórios sensíveis de vivência efêmera.

FRAGMENTO III

“Eu confronto a cidade com meu corpo (...) eu me experimento na cidade; a cidade existe por meio da minha experiência corporal. A cidade e meu corpo se complementam e se definem. Eu moro na cidade, e a cidade mora em mim.” (PALLASMAA, p. 37-38).

Definição de cidade segundo o dicionário Aurélio:

1 Povoação que corresponde a uma categoria administrativa (em Portugal, superior a vila), geralmente caracterizada por um número elevado de habitantes, por elevada densidade populacional e por determinadas infraestruturas, cuja maioria da população trabalha na indústria ou nos serviços. 2 Conjunto dos habitantes dessa povoação. 3 Parte dessa povoação, com alguma característica específica ou com um conjunto de edifícios e equipamentos destinados a determinada atividade. 4 Vida urbana, por oposição à vida no campo. 5 Território independente cujo governo era exercido por cidadãos livres, na Antiguidade grega. 6 Sede de município brasileiro, independentemente do número de habitantes. 7 Vasto formigueiro de saúvas dividido em compartimentos a que chamam painelas. 8 Parte dessa povoação, com alguma característica específica ou com um conjunto de edifícios e equipamentos destinados a determinada atividade.

O entendimento do que é cidade perpassa inicialmente a relação íntima com *processos*: de desenvolvimento dessas cidades, de ordenação, de planejamento. A priori, antes mesmo dos processos, podemos nos remeter a dualidade: a cidade seria aquilo inverso ao campo. É assim que Raquel Rolnik (1995) inicia seu pensamento sobre o que é cidade, para lançar a primeira ideia: a cidade é antes de tudo um ímã, um processo de sedentarização, local de reunião materializada através do tijolo cozido dos zigurates que, ao mesmo tempo em que construíam um habitat, induzia a uma organização política dentro da construção dos mesmos (ROLNIK, 1995, p.15). Em BENÉVOLO (1997) a cidade surge ao mesmo tempo em que uma estratificação social binária surgida da divisão entre indústria e serviços, onde a “sociedade se torna capaz de evoluir e de projetar sua evolução” (BENÉVOLO, 1997, p.23). Podemos entender inicialmente a cidade como polo da força de trabalho, como centro das relações econômicas, políticas e sociais de uma civilização, como concentração de atividades e organização de tais.

Dentro do estudo sobre a formação das cidades destaco a recorrência dos seguintes temas: uma necessidade de organização econômica, da relação entre espaço construído e natureza e da estruturação social. Tais aspectos perpassam a construção das cidades, desde a pólis grega a cidades contemporâneas, como aspectos geradores, ou aspectos que estão na gênese da construção de um espaço coletivo.

Dentro dessas necessidades geradoras sugiro a análise aqui proposta dividida em três *platôs*⁵: O lugar de morar, lugar de gerar, lugar de ser e dividir. Sendo esses lugares descritos da seguinte forma:

⁵ É como um conjunto de anéis quebrados. Eles podem penetrar uns nos outros. Cada anel, de cada platô, deveria ter seu clima próprio, seu próprio tom ou seu timbre. (DELEUZE, 2013, p.37)

Cada anel ou platô deve, pois traçar um mapa de circunstâncias... (DELEUZE, 2013, p.38)

O primeiro platô: O lugar de morar como o espaço da casa e de todas as instituições e pressupõe uma organização individual e de núcleos. Envolve aqui ainda a dimensão material do fazer cidade, aquilo que se refere ao que é construído.

O segundo platô: O lugar de gerar como o espaço que movimenta a economia, em que se é possível continuar a construção da cidade enquanto potência geradora. Aqui se executam todas as relações sociais e econômicas que me remetem a uma esfera pública de atuação, a cidade movida pelo processo de globalização, enquanto mercadoria fruto de um sistema econômico que mercantiliza tanto seus espaços quanto a sua imagem.

O terceiro platô: O lugar de ser e dividir como o espaço da interação social, como espaço da construção de relações e *singularidades*, como espaço de potencialidades humanas e estéticas, o lugar onde se considera a *inseparabilidade do espaço e do corpo vivido* (GUATARRI, 2012, p.135).

Todos esses platôs interagem dentro da construção maior do que é cidade. Todos eles, em suas peculiaridades, produzem espaços condizentes com seus universos de conceitos e criações, produzem cidade em instâncias que se misturam e complementam. Isso, pelo entendimento de que cidade é algo complexo e múltiplo, não se caracteriza pela linha, pelo linear e homogêneo, pelo contrário, se caracteriza por várias espirais em encontro infinito, pela heterogeneidade de subjetivações de massa e por singularidades disruptoras.

Poderiam as práticas cênicas contemporâneas que se utilizam do espaço urbano como lugar teatral e cenografia revelar momentaneamente, de forma efêmera essa terceira camada constituinte da cidade? Que cenografia pode ser apreendida de tais práticas, que imagens cênicas urbanas elas traduzem dentro de um entendimento de processo? Em que ela se diferencia do conceito corrente de cenografia como algo que é falso, que finge ser? Poderia estar o fazer cidade ligado a essa produção diária ligada à terceira camada? Se sim, que escrituras ou imagens podem ser geradas a partir dessa dinâmica de produção urbana?

Inspirada pelo conceito de *corpografias*⁶ (BRITTO; JACQUES, 2008) me questiono sobre a inscrição no espaço desses corpos que se contaminam e inscrevem em si a experiência da “cidade vivida”. Que marcas esses corpos inscrevem no espaço, a partir dos estados poéticos citados, de quem se vê como sujeito da ação cênica seja como ator, seja como público? Se de um lado podemos ter a experimentação do urbano registrado no corpo como possibilidade de entender o quê e como foram geradas tais experiências para entender a dinâmica urbana, como essa dinâmica pode ser modificada através do contato desse corpo com o espaço? A cidade pode ser produzida a partir desse agenciamento?

Como criança que nomeia sua brincadeira e convida para o jogo, sugiro urbgraphias: movimentos, gravuras, escritas de um corpo em estado poético⁷ no espaço. Traços modelados no espaço urbano a partir da relação sujeito-espaço. Grafias de expressões *micropolíticas*, de movimentos de *singularização* que se manifestam no espaço urbano, em um movimento ao mesmo tempo de

⁶Corpografias é definido pelas pesquisadoras Paola Berenstein Jacques e Fabiana Dultra Britto como a cartografia da cidade no corpo, “a corpografia urbana seria um tipo de cartografia realizada pelo e no corpo, ou seja, a memória urbana inscrita no corpo, o registro de sua experiência da cidade, uma espécie de grafia urbana, da própria cidade vivida, que configura o corpo de quem a experimenta” (BRITTO; JACQUES, 2008, p. 79)

⁷Aqui são definidos estados poéticos como estados de criação e relação entre sujeitos diante de ações artísticas. São as relações estabelecidas com o espaço através de dispositivos que afetem a subjetividade dos sujeitos, que presenciam ou participam de intervenções artísticas.

compreensão e de criação, resultante de *afectos* entre indivíduo-cidade. Configura formas e estados do fazer cidade, relacionados à subjetividade de massa e aos movimentos de singularização que vão de encontro a essas subjetivações. São traços, grafia, rachaduras, cicatrizes visíveis no espaço coletivos, são traços políticos de ocupação e expressão. São cartografias do corpo no espaço.

REFERÊNCIAS

- ÁBALOS, Iñaki. A boa-vida: visita guiada às casas da modernidade. Barcelona: Gustavo Gilli, 2003.
- ABRAHÃO, Sergio Luís. Espaço Público: do urbano ao político. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2008.
- _____. O Espaço Público Urbano Como Espaço Público Político. IX Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, 2006.
- COHEN, Renato. Work in progress na cena contemporânea: criação, encenação e recepção. São Paulo: Editora Perspectiva, 1997.
- ALBENAZ, Paula. Reflexões sobre o espaço público atual. In: LIMA, Evelyn Furquim Werneck (org.), MALEQUE, Miria Roseira (org.). Espaço e Cidade: conceitos e leituras. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007.
- ARENDT, Hanna. A Condição Humana. Tradução: Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- BESSE, Jean-Marc. O gosto do mundo: exercícios de paisagem. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.
- BENÉVOLO, Leonardo. História da Cidade. São Paulo: Editora Perspectiva, 1997.
- BRITTO, Fabiana Dultra; JACQUES, Paola Berenstein. Cenografias e Corpografias Urbanas: um diálogo sobre as relações entre corpo e cidade. In: Cadernos PPGAUFBA, vol. 07, pág. 79-86, Salvador, 2011.
- DELEUZE, Gilles. Conversações (1972-1990). Tradução: Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 2013.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia, Vol.3. Tradução: Aurélio Guerra Neto, Ana Lúcia de Oliveira, Lúcia Cláudia Leão e Suely Rolnik. São Paulo: Editora 34, 1996.
- DEUTSCHE, Rosalyn. Evictions. Art and Spatial Politics, Cambridge, MIT Press, 1998.
- _____. Agorofobia. Quaderns Portàlis, Barcelona, s/d.
- GEHL, Jan. Cidade Para as Pessoas. Tradução: Anita Di Marco. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. Micropolítica: Cartografia do Desejo. Petrópolis: Vozes, 1996.

- GUATTARI, Félix. Caosmose. Tradução: Ana Lúcia de Oliveira, Lúcia Cláudia Leão. São Paulo: Editora 34, 2012.
- GUATTARI, Félix. Revoluções Moleculares: Pulsações Políticas do Desejo. Tradução: Suely Rolnik. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
- MUSSI, Joana Zatz. O espaço como obra: ações, coletivos artísticos e cidade. 327 f. 2012. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- PALLAMIN, Vera M. Arte Urbana: São Paulo: Região Central (1945-1998): Obras de Caráter Temporário e Permanente. São Paulo: Annablume, 2000.
- PALLASMAA, Juhani. Os olhos da pele: a arquitetura e os sentidos. Porto Alegre: Bookman, 2011.
- ROLNIK, Suely. Cartografia Sentimental: Transformações Contemporâneas do Desejo. Porto Alegre; Sulina; Editora da UFRGS, 2014.
- ROLNIK, Raquel. O que é cidade. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- SANTOS, Patrícia Azevedo. Fora de água: considerações sobre a prática e a recepção da arte no espaço público urbano, 2015. Fonte: <https://patriciaazevedosantos.wordpress.com/textostexts/6372/>
- TENÓRIO, Gabriela de Souza. Ao Desocupado em Cima da Ponte: Brasília, Arquitetura e Vida Pública. 391 f. 2012. Tese (Doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Brasília, 2012.